

II Congresso Histórico Internacional

***AS CIDADES NA HISTÓRIA: SOCIEDADE***

18 a 20 de outubro de 2017

**ATAS**

ORGANIZAÇÃO | PROGRAMA | CONFERÊNCIA INAUGURAL

CIDADE ANTIGA

2017

## **FICHA TÉCNICA**

### **Título**

II Congresso Histórico Internacional  
As Cidades na História: Sociedade

### **Volume**

Organização | Programa | Conferência inaugural  
I - Cidade Antiga

### **Edição**

Câmara Municipal de Guimarães

### **Coordenação técnica**

Antero Ferreira  
Alexandra Marques

### **Fotografia**

Paulo Pacheco

### **Design gráfico**

Maria Alexandre Neves

### **Tiragem**

200 exemplares

### **Data de saída**

Dezembro 2019

### **ISBN (Obra completa)**

978-989-8474-54-4

### **Depósito Legal**

364247/13

### **Execução gráfica**

Diário do Minho

# ÍNDICE

## ORGANIZAÇÃO | PROGRAMA SESSÃO DE ABERTURA SESSÃO DE ENCERRAMENTO

### PRÓLOGO

pág. 35

*Poblaciones en transformacion: las ciudades a traves del tiempo*

*Diego Ramiro Farinas*

### CONFERÊNCIA INAUGURAL

pág. 43

Perseguir a História Social a partir do Repositório Genealógico - desafio sempre em aberto

Uma aplicação sobre Guimarães dos quatro últimos séculos

*Maria Norberta Amorim, Antero Ferreira, Amaro das Neves, Filipe Salgado*

### CIDADE ANTIGA

#### CONFERÊNCIA

pág. 75

*Cidade Antiga e Sociedade: Narrativas e Diálogos Interdisciplinares*

*Manuela Martins, Gilvan Ventura da Silva*

### COMUNICAÇÕES

pág. 111

Estratégias familiares e disputas políticas na África proconsular: o caso da cidade de OEA (Séc. II d.C.)

*Belchior Monteiro Lima Neto*

pág. 125

Como e onde se enterrava em *Bracara Augusta*?

*Cristina Maria Vilas Boas Braga*

pág. 155

Reflexões sobre a economia de *Bracara Augusta*. O contributo dos tesouros monetários

*Diego Santos Ferreira Machado*

pág. 177

A Concorrência Política e Cultural entre as cidades de Antioquia e Beirute na Antiguidade Tardia:

Libânio e a defesa das Escolas de Retórica em oposição às Escolas de Direito (séc. IV d.C.)

*Érica Cristhyane Moraes da Silva*

pág. 195

Entre os espaços e os homens: reconstrução do quotidiano doméstico

*Fernanda Magalhães, Manuela Martins*

pág. 219

O custo com os trabalhadores da construção e atividades subsidiárias. O caso de *Bracara Augusta*

*Jorge Ribeiro*

pág. 245

*Vrbi et orbi*: a cidade como definidora de romanidade nos *annales* de Tácito

*Manuel Rolph Cabeceiras*

pág. 261

Esparta katà kómas: organização espacial do território (VIII-V a.C.)

*Márcia Cristina Lacerda Ribeiro*

pág. 279

Cidades Gregas na Calábria Antiga: A configuração dos territórios de Lócris e Régio (sécs. VII-V a.C.)

*Maria Beatriz Borba Florenzano*

pág. 301

El extranjero en la ciudad: formas de integración privadas

*Ma Dolores Dopico Caínzos*

pág. 325

The notion of polis in Aristotle's *Politics*

*Patricio Tierno*

pág. 341

Paulo e as Comunidades: Debates acerca das diferenciações das Comunidades Urbanas Paulinas e Conflitos sobre a Participação Feminina

*Roberta Alexandrina da Silva*

pág. 361

La cerámica de producción bracarense como indicador de las actividades económicas, gustos y costumbres de los habitantes de *Bracara Augusta*: Nuevas aportaciones

*Sara Barbazán Domínguez, Manuela Martins, Eduardo Ramil Rego, Fernanda Magalhães*

pág. 387

Mulheres e urbs: estudos sobre sociabilidades femininas em cidades romanas entre o IV e V séculos d.C.

*Silvia M. A. Siqueira*

# Cidade Antiga e Sociedade: Narrativas e Diálogos Interdisciplinares

## **Manuela Martins**

Professora Catedrática do Departamento de História da UMinho, Responsável da Unidade de Arqueologia da UMinho e investigadora do Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT). Responsável pelo Projeto Arqueológico de Braga. Topografia, Urbanismo e Arquitetura, aprovado pela DGPC.

[mmmartins@uaum.uminho.pt](mailto:mmmartins@uaum.uminho.pt)

## **Gilvan Ventura da Silva**

Professor Titular de História Antiga da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), doutor em História pela Universidade de São Paulo (Usp), bolsista produtividade 1-C do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e membro do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir). No momento, executa o projeto Protesto, trabalho e festa na cidade pós-clássica: a ocupação da rua pela população de Antioquia (séc. IV-V d.C.).

[gil-ventura@uol.com.br](mailto:gil-ventura@uol.com.br)



## **Resumo**

Nesta comunicação procede-se a uma reflexão crítica relativa à evolução das problemáticas de investigação da sociedade urbana do mundo clássico, tendo por base a natureza das fontes textuais e arqueológicas, as práticas metodológicas e discursivas da História Antiga e da Arqueologia Clássica e a evolução dos respetivos paradigmas no âmbito da afirmação das duas disciplinas, que determinaram convergências e divergências nos respetivos ideários e protocolos de pesquisa. Pretende-se sublinhar a natureza diversa das fontes utilizadas que sustentou narrativas diferenciadas sobre a cidade antiga, as dificuldades de diálogo que caracterizaram a produção historiográfica de ambas disciplinas, ao longo do século XX, mas também a sua inevitável aproximação no quadro de uma nova agenda de investigação, que se vem afirmando nas últimas três décadas e que procura compreender a sociedade, o quotidiano e as sociabilidades nos espaços urbanos da Antiguidade, ancorada numa inescapável aproximação teórica e metodológica a outras disciplinas sociais.



## 1. Introdução

O estudo da cidade antiga conta com mais de um século de contributos de várias disciplinas, que foram densificando a nossa compreensão das primeiras expressões urbanas que eclodiram em diferentes partes do mundo em tempos históricos diferenciados. Na verdade, estamos a falar de paisagens urbanas que ocorrem em contextos cronológicos e geográficos muito díspares, por vezes com milénios de diferença, muitas delas apenas conhecidas na sua expressão material, facultada pela Arqueologia.<sup>1</sup> Se é certo que os debates relativos à cidade antiga dependeram muito da interpretação do legado textual, sobretudo greco-latino, também é verdade que a Arqueologia contribuiu definitivamente para ampliar o espectro temporal e as geografias de expressão associados à emergência das primeiras formas urbanas, que podem ser incluídas no conceito de cidade antiga, sugerindo novas abordagens do fenómeno. No entanto, apesar do alargamento do horizonte temporal e cultural suscitado pela investigação arqueológica, o debate historiográfico sobre a cidade antiga reconhece-se muito concentrado na cidade clássica, devido ao maior número de fontes textuais disponíveis, mas também ao facto de ela se situar na génese de várias cidades atuais, justificando a ampla teorização realizada no seio de várias disciplinas, relativa, quer à sua caracterização, quer ao seu papel na evolução do urbanismo. Por isso, e tendo em conta o âmbito deste congresso, a nossa abordagem privilegiará a cidade clássica, greco-romana, balizada entre o século VIII a.C., datação que pode ser atribuída ao período de formação da *polis* grega e o século VII, que encerra, no Ocidente europeu, o ciclo da cidade antiga, sem que tenhamos uma erosão absoluta dos seus traços distintivos, que em muitas localidades permanecem ainda hoje visíveis na paisagem.

---

<sup>1</sup> No conceito de cidade antiga podemos integrar as primeiras manifestações urbanas do Próximo Oriente (Çatal Hüyük e Jericó), datadas de 9.000 a.C., o que permite recuar o âmbito temporal de expressão das cidades quase cinco milénios, antes destas se constituírem como uma processo consolidado na Mesopotâmia e Egito (4.500-3750 a.C.), no vale do Indo (a partir de 3.300 a.C.) e na China (a partir de 2.500 a.C.). No mesmo conceito se incluem as primeiras expressões urbanas na América pré colombiana, datadas do século I a.C. (Marcus; Sabloff 2008).

80

A cidade clássica partilha com as pristinas formas urbanas a riqueza e concentração de recursos, a variedade dos serviços que oferecia, a notoriedade e sofisticação das obras públicas, bem como a elevada qualidade de vida dos seus residentes, um claro resultado da sobre-exploração de recursos do mundo rural e da sua população e trabalho em benefício de uma elite. Os ambientes construídos da cidade clássica estavam orientados para a vida pública e para a interação social, através dos seus equipamentos que, cumprindo várias funções eminentemente urbanas, simbolizavam o poder e a autoridade das suas elites e governos. No entanto, no amplo espetro cronológico e cultural que nos interessa consolidou-se um modelo de cidade particular que, embora partilhe características comuns a outros centros urbanos muito anteriores, se distingue pela natureza cívica dos seus residentes, consubstanciada na noção de *polis*, no mundo grego e de *ciuitas*, no romano. A diferenciá-las está a distinta natureza das sociedades que enquadraram essas realidades, no caso grego a cidade-Estado independente e, no romano, a cidade autónoma, embora dependente de um império militarizado. Assim, a conceção grega de *polis*, ambivalente na articulação entre um centro urbano e um território dependente, exprime-se por meio do conceito romano de *ciuitas*, embora esta se integrasse numa ampla rede administrativa hierarquizada, indispensável ao controle de um vasto território por parte de Roma, modelo longamente ensaiado na Península Itálica e imposto por Augusto a todas as províncias do Império. Tanto o conceito de *polis* quanto o de *ciuitas* partilham a natureza dos direitos dos seus habitantes, em particular os que assistiam ao corpo de cidadãos, o que, por exclusão, criava diferentes níveis de desigualdade política, social e económica.

Para além daquilo que, num plano meramente operativo e generalizante, podemos considerar comum entre a cidade grega e a romana, justificando que a cidade clássica se diferencie das demais formas urbanas na Antiguidade e possa ser valorizada como objeto de análise, é indiscutível que, quando se elabora um inventário das cidades do Mundo Antigo, conhecidas por meio de diferentes tipos de fontes, verifica-se que todas oferecem especificidades, presas que estão a uma historicidade que importa considerar. Além dos quadros concetuais, ideológicos e políticos nos quais se desenvolveram, as cidades da Antiguidade Clássica são naturalmente dependentes das diferentes condições geográficas e culturais dos territórios em que se inscreveram, tendo sido cenário da vivência social de populações concretas, quase sempre esquecidas pela historiografia tradicional. A cidade antiga carece, por isso, de ser compreendida no contexto das suas expressões sociopolíticas, mas também da sua individualidade física, caracterizada por espaços e arquiteturas que, permeados por atividades, hábitos, sociabilidades e processos de construção e reconstrução identitária, conferiam expressão às vivências urbanas.

O conhecimento que hoje dispomos da cidade greco-romana foi mapeado no quadro das práticas historiográficas da História Antiga e da Arqueologia Clássica que conservaram, até tempos bem recentes, um notável conservadorismo nos seus questionários. Sendo

reconhecido que as fontes textuais sobre o Mundo Antigo são limitadas, ao contrário das fontes arqueológicas, que tendem a crescer exponencialmente, vale a pena destacar o desafio que oferece hoje uma releitura crítica das fontes textuais, tendo por base novos paradigmas, potenciados pelos avanços das Ciências Sociais e pela História Cultural, que reconhecem nas estruturas e interações sociais a principal força reguladora do funcionamento das cidades, bem como da sua evolução. Na verdade, o estudo da sociedade urbana antiga insere-se numa nova agenda de investigação que se vem afirmando nas últimas três décadas e que emergiu da superação dos modelos de interpretação mais convencionais da História Antiga e da Arqueologia Clássica, assegurada pela consolidação e renovação metodológica das duas disciplinas, nem sempre convergentes nos seus objetivos. Uma agenda que se consubstancia em novos questionários, metodologias e conceitos emanados da Sociologia e da Antropologia e que aceita, sem preconceito ou reserva, o carácter heterogéneo das fontes textuais, iconográficas, epigráficas e arqueológicas na compreensão da cidade antiga, numa alargada dimensão social capaz de abrigar vários domínios, desde a economia à vida familiar, passando pelos múltiplos processos de construção identitária, de diferenciação ou de exclusão. Tal agenda não deixa de exprimir as questões com as quais nos confrontamos na atualidade, pois a reflexão crítica sobre o passado encontra-se inevitavelmente presa às questões do presente.

Tendo em consideração que tudo o que sabemos ou julgamos saber sobre a cidade antiga se inscreve em narrativas que se foram paulatinamente construindo e que estão sempre em processo de ampliação e revisão, importa definir a natureza das fontes, dos dados e das práticas disciplinares subjacentes à construção do conhecimento, bem como os modelos teóricos e conceituais que a História Antiga e a Arqueologia Clássica, na sua abordagem da cidade antiga, reivindicam em termos da sua prática académica, para concluirmos com as novas perspetivas de abordagem interdisciplinar sobre o tema, entre as quais se destacam o denominado *spatial turning* e o interesse cada vez maior dos investigadores pelos aspetos da vida quotidiana.

## 2. O tempo longo das narrativas

O fascínio pelo tema da cidade antiga reside tanto na complexidade do objeto de estudo, face à natureza fragmentária das fontes disponíveis, como na nossa inevitável necessidade de compreender o fenómeno urbano, enquanto processo social e cultural, o que justifica a permanente reelaboração de narrativas que paulatinamente se foram reinventando nos diferentes quadros sociopolíticos da contemporaneidade. Na verdade, compreender e explicar a cidade antiga não deixa de responder ao desafio de nos explicarmos e os sucessivos modelos interpretativos dessa realidade transcrevem de forma cabal a evolução do pensamento ocidental da modernidade e pós modernidade face aos dilemas do fenómeno urbano enquanto processo cultural.

## 2.1 Fontes, dados e práticas historiográficas

O estudo da cidade antiga conta com um conjunto limitado, fragmentado e descontínuo de dados fornecidos pelas fontes escritas e arqueológicas, que não permite uma visão global daquele que foi o universo de vivências urbanas do Mundo Antigo, sendo imprescindível que essas fontes sejam percebidas como ‘produtos’ que necessitam de ser compreendidos na especificidade da sua natureza e enquadradas criticamente no âmbito das práticas disciplinares que as utilizam. Assim, importa reconhecer que as fontes textuais antigas de natureza geográfica, histórica – no sentido de relato articulado sobre o passado – ou literária constituem narrativas maioritariamente elaboradas com intenções propagandistas, dirigidas às elites, deixando, por isso, de fora a grande maioria da população. O mesmo se pode dizer das fontes epigráficas disponíveis para caracterizar a população urbana, na sua grande maioria associadas a contextos funerários, que refletem um hábito cultural que afetou segmentos precisos da população, em momentos concretos, mobilizados pela vontade de preservar a sua memória em suportes duradouros, mais ou menos monumentais. Também no caso das fontes arqueológicas estamos perante vestígios materiais que fornecem informações topográficas, que foram cenário de ações, das quais desconhecemos, na maior parte dos casos, os sentidos. Globalmente, podemos considerar que a diversificada natureza dos dados que podem ser inferidos a partir das diferentes fontes disponíveis, bem como o facto de se reportarem a diferentes realidades geográficas e cronológicas, raramente permitem uma percepção da realidade social de qualquer cidade antiga e, muito menos, a sua generalização. Por outro lado, a utilização das fontes e a construção dos dados nelas contidos têm de ser devidamente enquadradas no domínio das conceções teóricas e das práticas disciplinares que caracterizam a evolução da História Antiga e da Arqueologia Clássica, uma vez que os textos, tal como o registo arqueológico, não só são produtos distintos na sua natureza, como produzem discursos diferenciados, devendo ser reconhecidos e valorizados no âmbito dos complexos processos que conduziram à sua existência, reconhecimento, validação e interpretação. A historiografia da cidade antiga é por isso devedora dos paradigmas que nortearam as duas disciplinas, das limitações inerentes à natureza das fontes com que trabalham e dos dados que delas se podem inferir.

A emergência da História Antiga como uma disciplina moderna remonta ao Renascimento e articula-se com a publicação da maior parte dos manuscritos gregos e romanos, que passaram a constituir a sua principal matéria-prima. Nesse contexto, a História Antiga é herdeira das tradições historiográficas da Antiguidade instituídas por autores, quase sempre preocupados com a ação política e militar, que deram expressão a um hábito comum entre as elites gregas e romanas: a predileção por narrativas visando sobretudo o reconhecimento do protagonismo dos grandes personagens e a descrição de atividades da classe governante em que se reconhece uma clara preocupação com a *fama* ou a *kléos*, ou seja, com o louvor.

Assim, os textos de natureza histórica configuram um produto discursivo enunciado por uma elite – e também a ela dirigido – que, ou omitem os estratos sociais inferiores, ou os retratam em termos mais ou menos desdenhosos. O reconhecimento do carácter limitado das fontes textuais cedo levou a História Antiga a associar-se ao que era então considerado Arqueologia, tendo em vista a identificação de novos textos e inscrições, mas também a confirmação dos dados topográficos sugeridos nas obras dos geógrafos e cronistas. Ampliar as fontes escritas e comprovar a validade dos relatos dos autores antigos passaram a constituir os objetivos comuns de ambas as disciplinas até época recente, ancorados na tradição antiquarista moderna, que justificou as escavações realizadas em diversos sítios do mundo greco-romano e resultou na localização de algumas cidades importantes. Mas o interesse de historiadores e arqueólogos permaneceu por muito tempo restrito aos equipamentos urbanos mais monumentais, ou aos elementos decorativos mais vistosos, que ilustravam o universo elitista descrito nas fontes textuais. Essa preferência pela face mais atraente e majestosa da cidade antiga deixou marcas profundas na Arqueologia Clássica, que ainda hoje privilegia a identificação dos monumentos mais emblemáticos da cidade grega ou romana em claro prejuízo de outras evidências consideradas de menor importância.

O século XIX foi um período de consolidação da História Antiga no quadro do empirismo emergente, que trouxe consigo um maior criticismo na análise dos textos clássicos e o reconhecimento da sua natureza limitada. A História Antiga orientou-se então para a valorização das fontes epigráficas, em especial latinas, que foram sistematizadas e publicadas, enquadrando-se neste contexto a edição do *Corpus Inscriptionum Latinarum* (CIL 1863), ainda hoje uma referência para o estudo do mundo romano. Menos crítica se revelou a Arqueologia Clássica oitocentista, que se reorientou para a descoberta arqueológica do mundo helénico da Grécia e da Ásia Menor, em busca dos locais referidos pelos escritores antigos, tendo-se também assistido, ao longo do século XIX, à emergência das arqueologias nacionais, em cujo âmbito se desenvolveram escavações em cidades e sítios reveladores da presença grega e romana, segundo uma lógica de busca das origens étnicas e culturais das nações europeias. Mas a Arqueologia Clássica manteve a sua dependência relativamente à História Antiga, que continuou a usar os dados materiais apenas para ilustrar a veracidade dos textos, a matéria-prima principal da disciplina, que prioritariamente se concentrava na história política e diplomática, ideário que persistiu até à 2ª metade do século XX. A bem da verdade, a História Antiga manteve-se por décadas a fio à margem dos avanços teóricos e metodológicos postulados pelo Marxismo e pela Escola dos Annales que fomentaram o desenvolvimento da História Económica, da História Social e da História Cultural, facto que em parte pode ser explicado pelo carácter lacunar e pouco diversificado das fontes textuais disponíveis para o Mundo Antigo e pela dificuldade de incorporação dos contributos da Arqueologia Clássica. A orientação geral

da historiografia antiga, durante a primeira metade do século XX, é disso reveladora, assistindo-se a uma ênfase em questões filológicas e a uma produção centrada em períodos cronológicos e culturais particulares, para os quais os dados materiais pouco podiam contribuir. Esta nova orientação da História Antiga tendeu a afastá-la da Arqueologia Clássica, cujo potencial começou a ser melhor percebido nos territórios correspondentes às antigas províncias romanas que, na recuperação da sua história, dependiam quase exclusivamente da atividade arqueológica devido à escassez de fontes escritas.

A partir da década de 60 do século XX a Arqueologia viu-se agitada por uma série de debates teóricos e metodológicos que se inscrevem no âmbito da emergência da Nova Arqueologia processual, de matriz antropológica e positivista, que defendeu a transformação da disciplina numa ciência social, tendo contribuído para alterar o modo de olhar e compreender o registo arqueológico e para sofisticar os métodos e técnicas de trabalho, facto que conferiu maior rigor científico à prática arqueológica de campo e de gabinete (Binford 1962; 1965; 1968; Clarke 1968; 1972; 197; 1977; Trigger 1989). Os novos procedimentos, que combateram a matriz antiquarista e historicista da disciplina, tiveram um impacto imediato na arqueologia pré e proto-histórica, mas tardaram a fazer-se sentir na Arqueologia Clássica. Na verdade, as inovações trazidas pela Arqueologia Processual só muito lentamente foram incorporadas no trabalho dos arqueólogos clássicos graças ao desenvolvimento da Arqueologia Urbana e da Arqueologia do Povoamento, que se afirmaram, em vários países europeus, a partir da década de 70 do século XX e que alteraram por completo o mapa mental do Mundo Antigo, lançando luz sobre uma realidade insuspeita relativa às sociedades grega e romana. Se os primeiros resultados da aplicação de um novo paradigma ao estudo da cidade antiga e do território só começaram a anunciar-se nos anos 80 do século XX (Garnsey; Saller 1987), podemos afirmar que as reais consequências dessa viragem, em termos de uma abordagem social e económica do Mundo Antigo, só viriam a produzir efeitos discursivos nas últimas duas décadas (Morley 2004; Burke 2005, Scheidel; Morris; Saller 2007).

Também no caso da História Antiga foi necessário esperar pelos anos 70 do século passado para se assistir a um progressivo deslocamento do interesse dominante pela História Política em prol da História Social e Económica, movimento antecipado por Mikhail Rostovzoeff, cerca de meio século antes, mas que não havia tido continuidade. Os sinais inequívocos da mudança foram protagonizados por Moses Finley, que definiu uma nova agenda de investigação centrada na valorização do mundo rural e nas estruturas da economia antiga, cujo estudo se encontrava ainda condicionado pela influência dos grandes pensadores do século XIX e inícios do XX, designadamente Marx, Weber e Sombart (Finley 1973). O interesse de Finley e de seus seguidores pela História Económica viria a favorecer a reflexão sobre a natureza da cidade antiga (Morley 2011), bem como uma nova reaproximação entre a História Antiga e a Arqueologia Clássica, mas agora com novas bases (Scheidel, Morris, Saller 2007).

Numa perspetiva geral podemos considerar que os preconceitos dos autores antigos relativamente ao mundo rural refletiram-se durante séculos, por arrasto, na própria matriz disciplinar da História Antiga, construída basicamente com textos de elite, que apelavam a uma história eminentemente política, centrada nos grandes protagonistas, tendo tido inequívocos efeitos na agenda da Arqueologia Clássica, que privilegiou, desde o século XVI, a descoberta dos locais suscetíveis de produzir elementos materiais associados aos comportamentos de elite, quer nas cidades, quer no campo, onde se encontravam as residências de grandes proprietários rurais. Por sua vez, a secular dependência da Arqueologia Clássica relativamente à História Antiga teve como resultado a dificuldade de elaboração de uma agenda de investigação própria, que valorizasse a natureza dos vestígios materiais que descobria (Dyson 2009). Essa agenda apenas se viria a afirmar a partir da década de 70 do século XX, no quadro de uma consolidação científica da Arqueologia Clássica, finalmente beneficiada do ponto de vista teórico e metodológico pelos contributos da Nova Arqueologia que tiveram uma particular expressão na Arqueologia do Povoamento. Neste âmbito, os arqueólogos passaram a estar, de modo inédito, em posição de fornecer dados muito diversos sobre a natureza da antiga sociedade rural, devido ao desenvolvimento das metodologias de prospeção, muito beneficiadas pela fotografia aérea e pelos progressos registados no estudo das cerâmicas que possibilitaram a datação dos sítios arqueologicamente reconhecidos. A Arqueologia Clássica reorientou, então, a sua tradicional atenção dos sítios emblemáticos (cidades, edifícios e monumentos de elite) para os milhares de sítios existentes no território, permitindo a recuperação de uma história do mundo rural, fundamentada nas evidências materiais e independente das reflexões dos autores clássicos, o que permitiu uma melhor perceção dos mecanismos económicos e sociais do Mundo Antigo e o estabelecimento de uma nova e mais profícua análise da relação entre as cidades e os seus territórios (Rich; Wallace-Hadrill 1991; Bowman; Wilson 2011).

A aplicação dos métodos e técnicas da Arqueologia do Povoamento, tanto aos territórios gregos como aos romanos, passou a fornecer informações inéditas sobre as variações regionais e as mudanças diacrónicas na ocupação do solo, impossíveis de serem captadas por meio das fontes escritas, que se reportam a um número limitado de centros urbanos e a períodos de tempo bastante restritos. Por outro lado, o desenvolvimento da Arqueologia Urbana permitiu identificar muitas cidades novas, pouco ou nada referidas nos textos antigos, o que revolucionou os nossos conhecimentos acerca do processo de urbanização do Mundo Antigo e do modo como ele se implantou, consolidou e transformou no tempo longo, facultando igualmente dados relativos à vivência das populações mais humildes que enxameavam as cidades e as suas periferias. Na verdade, os resultados facultados pela Arqueologia Urbana e pela Arqueologia do Povoamento revolucionaram as problemáticas da Arqueologia Clássica que, após séculos de estreita

cumplicidade com a História Antiga, podia agora responder por uma agenda própria e por protocolos de produção de conhecimento específicos, demonstrando a capacidade de construir um discurso autónomo sobre o passado, com base nos dados facultados pelo registo arqueológico (Gaffney; Gaffney, Tingle 1985; Trigger 1989; Hodder 1982; 1992; 2004). Desse modo, a sofisticação recente da História Antiga e da Arqueologia Clássica, ao consolidar a matriz metodológica das duas disciplinas viria a acentuar o fosso entre elas, devido, quer às diferenças de formação por ambas exigidas, quer ao fato de a História Antiga ter permanecido, durante muito tempo, conectada com os estudos filológicos e linguísticos, sem dúvida um importante entrave que necessita ser ultrapassado em benefício de um diálogo interdisciplinar (Sauer 2004). Na verdade, é forçoso reconhecer que as fontes textuais e arqueológicas são suportes muito distintos que encerram dados muito diferenciados, interpretados segundo protocolos disciplinares também eles muito diferentes (Andren 1998:4). Se por um lado, os textos antigos não podem ser tratados como fonte direta de dados, carecendo de ser lidos e analisados no contexto em que foram produzidos e consumidos, por outro, os vestígios descobertos pela prática arqueológica, nas suas múltiplas variantes, não são passíveis de ser utilizados à revelia da sua interpretação contextual.

Os novos questionários da investigação arqueológica, mais centrados nas temáticas da evolução dos sítios arqueológicos e da sua formação (Shiffer 1976), na configuração dos espaços e das arquiteturas e na datação dos materiais, aparentam pouco dizer aos praticantes da História Antiga, que não sabem como beneficiar dos dados arqueológicos, eles próprios produzidos com base numa teia de complexos processos de raciocínio e pressupostos que nem sempre são claramente explicitados. Os vestígios arqueológicos, na maior parte das vezes apenas descritos em inventários e relatórios, carecem amiúde de serem inseridos num nível de interpretação adequado, que os torne inteligíveis para serem usados por outras disciplinas e, em particular, pelos historiadores. Há que admitir, por isso, que a dimensão ainda muito arqueográfica da Arqueologia Clássica constitui um forte óbice para uma necessária e mais produtiva parceria com a História Antiga, a qual também vem alterando profundamente a sua agenda, assistindo-se a um claro declínio das preocupações tradicionais com os aspetos políticos e institucionais e à emergência de novas perspetivas de abordagem, com destaque para os temas económicos, sempre presentes, mas sobretudo para os temas culturais e sociais, entre os quais se destacam os estudos de género, da família, da doença, da religião, da identidade, ou das emoções (Dyson 2009; Laurence 2012). Globalmente, podemos considerar que o amplo debate que afetou a História a partir dos anos 70 do século XX e a levou a incorporar, de uma vez por todas, os princípios epistemológicos do Marxismo, da Escola dos Annales, do Estruturalismo e do pós Estruturalismo se traduziu num afastamento da História Antiga relativamente a temáticas relacionadas com a macropolítica e com o comportamento

das elites, para mergulhar no quotidiano dos grupos sociais, percecionados na sua ampla heterogeneidade. Uma nova agenda que deve muito à releitura de alguns autores referenciais do pensamento do século XX e que permitiu que a História Antiga se abrisse à interação com outras disciplinas sociais. O mesmo vem ocorrendo, nos últimos 30 anos, com a Arqueologia Clássica, cuja produção bibliográfica, sobretudo no universo anglo-saxónico, exprime uma maior influência teórica e metodológica de outras disciplinas. Assim, pese embora as dificuldades de diálogo que são hoje reconhecidas entre a História Antiga e a Arqueologia Clássica, resultantes da afirmação científica das duas disciplinas e da busca de novos paradigmas, é indiscutível que a sua trajetória recente formalizou novos ideários que assinalam a necessidade de um inevitável diálogo interdisciplinar (Sauer 2004; Hall 2014).

## 2.2 Conhecimento e modelos interpretativos

Os estudos modernos sobre a cidade antiga iniciaram-se no quadro do positivismo do século XIX, com Fustel de Coulanges (1864), que usou fundamentalmente os textos antigos de historiadores e literatos para sublinhar o carácter religioso da cidade clássica. Do lado da Arqueologia, e no contexto dos finais do século XIX/inícios do XX, não pode deixar de ser mencionado o trabalho de Francis Haverfield (1860-1919), que lançou as bases da Arqueologia Clássica britânica, teorizando sobre a ocupação romana dos territórios provinciais e sobre o processo de romanização, tendo sido pioneiro no estudo do planeamento das cidades romanas (Haverfield 1913), temática particularmente importante no que concerne à discussão sobre as formas de materialização das cidades, em particular das novas fundações. O modo de “fazer cidade”, bem exemplificado nas fundações coloniais gregas e romanas, sobretudo na Península Itálica, propiciou, no decorrer do século XX, o desenvolvimento de um eixo de investigação consistente e produtivo associado à topografia e ao urbanismo e à projeção das planimetrias das novas cidades reveladas pela prática arqueológica, mas sem abandonar a obra de Vitruvius, que nos elucida sobre o modo de planear e construir entre os antigos (Rykert 1976; Brown 1980). Vitruvius constitui também uma fonte inspiradora para se compreender os monumentos característicos da cidade romana que a Arqueologia se encarregou de recuperar e cuja tipologia e funcionalidades buscou precisar. A recuperação da forma física das cidades e dos seus monumentos sistematizou-se, mas esse envelope manteve-se muitas vezes esvaziado de conteúdo, pois a Arqueologia Clássica teve dificuldade em povoar as cidades, em dar vida às ruas, às casas e aos monumentos e em compreender as relações sociais e as redes de sociabilidade que mapeavam e davam sentido ao tecido urbano. Se é certo que as fontes epigráficas permitiam dar um toque humano à descrição das cidades, a verdade é que a população manteve-se, em boa parte dos casos, ausente do discurso arqueológico até recentemente.

8

A acumulação de dados arqueológicos permite hoje abordar questões sociais e económicas da cidade antiga, praticamente ignoradas durante décadas nos discursos dos historiadores e arqueólogos (Garnsey; Saller 2014). Mas o nível de generalização alcançado pela historiografia sobre a cidade antiga é ainda hoje reduzido, pois as cidades, tomadas na sua individualidade, diferem consideravelmente umas das outras, apesar de todas possuírem os requisitos básicos de concentração de população, riqueza, serviços e poder. Na verdade, as cidades clássicas, reveladas pela prática arqueológica, atestam a grande diversidade económica, social e cultural que caracterizava a geografia do mundo greco-romano, o que ratifica a singularidade e a especificidade das suas histórias individuais que tem que ser valorizada. Tal conhecimento é em larga medida avesso às narrativas generalizantes, dificultando o enquadramento da cidade antiga nos processos globais de transformação da História do Ocidente. Assim se explica que, nos albores da década de 70 do século XX, Moses Finley tivesse sugerido o abandono do estudo de cidades individuais, face aos problemas metodológicos colocados pela compreensão das cidades greco-romanas, pois, apesar de sobre elas existir uma extensa literatura não se haviam estabelecido ainda critérios adequados para diferenciar as cidades entre si e muito menos para as distinguir daquelas que floresceram noutros períodos históricos, faltando uma indispensável reflexão económica e social sobre o tema. Na verdade, os dados empíricos acumulados pela Arqueologia mostravam-se difíceis de generalizar e a produção historiográfica parecia marcada por uma flagrante incapacidade de superar a sua tradicional preferência pelos acontecimentos políticos e pelo comportamento das elites. No entanto, as narrativas sobre o Mundo Antigo estavam em vias de mudança devido à renovação teórico-metodológica da História Antiga e da Arqueologia Clássica que viria a fixar novos paradigmas científicos. Sendo certo que o desenvolvimento de ambas as disciplinas não propiciou a formulação de um modelo global de interpretação para a cidade antiga, é inegável que permitiu novos olhares sobre as sociedades grega e romana, orientando a exploração de novos dados que ampliaram a nossa compreensão acerca da economia e da sociedade no mundo urbano clássico.

No longo caminho de desbravar novos rumos para a investigação económica e social do Mundo Antigo cabe sublinhar o papel de Michael Rostovtzeff, a quem se devem dois importantes trabalhos de análise económica e social sobre o Império Romano (1926) e sobre o mundo helenístico (1941). A sua obra reflete o reconhecimento do potencial da Arqueologia para a reconstrução da História Antiga, mas o seu grande *insight* foi o pressuposto segundo o qual a economia antiga deveria ser tratada no contexto das relações sociais. A sua influência viria a marcar os trabalhos de muitos outros autores que refletiram sobre o mundo urbano e a sua população com destaque para Hugo Jones (1937; 1964) e Peter Brunt (1971), que lançou um primeiro olhar empírico sobre a demografia do Mundo Antigo, mediante a utilização dos censos para o estudo da sociedade romana.

A busca de modelos explicativos para interpretar o Mundo Antigo tem em Moses Finley o principal mentor, o qual recuperou as grandes narrativas do século XIX na tentativa de explicar a formação do Capitalismo e da sociedade ocidental, como vemos nos trabalhos de Marx, Weber e Sombart, autores que acentuaram a diferença entre a economia antiga e a moderna, considerando que o Capitalismo e a Revolução Industrial haviam provocado uma rutura decisiva no devir histórico. Na perspectiva de Finley, o Mundo Antigo havia sido predominantemente agrário, dominado pela ética do consumo e não da produção e pela ausência de um mercado integrado, pelo que a cidade antiga teria sido uma cidade essencialmente consumidora. Esta perspectiva colhe igualmente influência dos pressupostos de análise dos sistemas económicos pré-coloniais e não mercantis, desenvolvidos no quadro dos movimentos anticoloniais, que viriam a influenciar profundamente a Antropologia, cuja aplicação ao Mundo Antigo, contribuiu para fixar a ideia de que ele possuía uma economia primitivista, com cidades baseadas num regime agrícola de subsistência. Karl Polanyi, um dos principais expoentes dessas ideias, exerceu uma profunda influência sobre o pensamento de Moses Finley e de muitos dos seus seguidores.

Assumindo a *polis* clássica como a mais pura representação da cidade antiga, Finley (1981) formulou um modelo interpretativo da cidade antiga como ‘cidade consumidora’, em contraste com a ‘cidade produtora’, que corresponderia à cidade medieval tardia. A cidade antiga caracterizar-se-ia pela ausência de dinâmica na sua relação com o campo, sendo basicamente recetora de impostos e não um centro de produção envolvido no comércio com os produtores rurais, configurando-se mais como uma instituição política do que como um centro económico capaz de dinamizar a produção e o desenvolvimento. Sem dúvida que este modelo simplificava uma realidade económica e social muito mais complexa e ainda então mal conhecida, refletindo a escassez de evidências relativas à economia e à sociedade suscetíveis de serem inferidas, quer das fontes textuais, quer arqueológicas. Por isso, o modelo da ‘cidade consumidora’ deve ser avaliado no contexto teórico em que foi produzido, mas também em função do seu potencial para gerar novas questões de investigação, para suscitar o debate e mesmo para fazer surgir novos conceitos aplicados à cidade antiga, para além de ter contribuído para uma reavaliação da economia e da sociedade antigas, tanto com base nos textos como nos vestígios arqueológicos (Morley 2004; Scheidel; Morris; Saller 2007).

Muito do debate académico posterior aos anos 70 do século XX foi dominado pelo paradigma weberiano, que enfatiza sobretudo a perspectiva económica, por contraposição ao modelo explicativo de Fustel de Coulanges e Émile Durkheim, que valorizaram o comportamento ritual e social na estruturação da cidade. Entre os defensores das opiniões de Weber e Finley e os detratores do modelo de ‘cidade consumidora’ situam-se outros contributos para a construção de um modelo explicativo acerca da cidade antiga, como o de Donald Engels (1990) que, com base num estudo sobre Corinto, definiu a cidade

antiga como uma ‘cidade de serviços’, responsável por gerar riqueza por meio da prestação de serviços a uma ampla clientela. Outra alternativa à ‘cidade consumidora’, pelo menos para o caso das províncias romanas, foi proposta por Philippe Leveau (1983) e John Wachter (1997), que defenderam o carácter ‘organizador’ das cidades, destacando o seu papel como centros estruturantes do território e da exploração rural feita a partir das *uillae*, um instrumento nas mãos das elites urbanas que, vivendo das rendas rurais, estavam naturalmente interessadas no aumento da riqueza. Esta concetualização decorre, em parte, de um novo modo de interpretar as cidades provinciais, em articulação com os seus territórios, resultando tanto dos contributos da Arqueologia Urbana e da Arqueologia do Povoamento, quanto pela multiplicação de estudos voltados para a análise integrada das consequências sociais e políticas do processo de urbanização e municipalização do Ocidente romano (Millet 1990; Woolf 1998).

O debate sobre os modelos de interpretação acerca da cidade antiga, que pretendeu ultrapassar o empirismo dos dados e especular sobre a natureza do fenómeno urbano, bem como a renovação teórica operada no domínio da História Antiga e da Arqueologia Clássica, despoletaram novas interrogações e abordagens inovadoras sobre a economia e a sociedade urbanas no Mundo Antigo mediante a aplicação de métodos provenientes de outras disciplinas. Entre os trabalhos mais fecundos da recente lavra historiográfica e arqueológica, destacam-se aqueles que se orientam para a compreensão da cidade clássica como realidade física inserida num território, apresentando características morfológicas particulares, como realidade económica, subentendidas as atividades executadas no espaço urbano e as interações estabelecidas com outras esferas territoriais para além da urbana e como realidade sociológica, já que a cidade antiga era constituída por uma população organizada segundo determinadas estruturas e relações sociais. Se as dimensões físicas e económicas das cidades gregas e romanas são devedoras dos dados potenciados pela Arqueologia Clássica, já as novas abordagens da sociedade urbana antiga são basicamente fundamentadas nos contributos teóricos da Antropologia, que permitem compreender as paisagens urbanas e as suas arquiteturas como expressões das relações de dominação política, ideológica ou social, pois constituem os cenários que estruturam e limitam os comportamentos, permitindo que as práticas sociais se reproduzam e se transformem. Vários autores, quer do lado da História Antiga, quer da Arqueologia reinterpretam hoje os seus dados à luz do conceito de *habitus*, de Pierre Bourdieu, ou da teoria da rede de atores, de Bruno Latour, elaborando sobre o papel ativo dos monumentos e da cultura material na conformação das estruturas e relações sociais (Beard 2006). Assim, a uma abordagem tradicional da cidade antiga de carácter estático sucedeu-se uma outra, bem mais estimulante, que tende a considerar as cidades como locais em permanente construção material, mas também social, o que inevitavelmente fermentou a necessidade de reelaborar os dados contidos nas fontes textuais e arqueológicas e de convocar uma ampla gama de

saberes multidisciplinares. Nas últimas décadas, as investigações tenderam, portanto, a conferir maior visibilidade aos diferentes cenários que enquadravam as cidades clássicas, nos quais se incluem naturalmente os centros cívicos e os equipamentos de prestígio, mas também as ruas, as casas ou os espaços funerários e periféricos que serviam de suporte para atividades variadas, dando ensejo à formação de redes de sociabilidade por vezes insuspeitas. Tal procedimento permitiu a entrada em cena de novos protagonistas.

### **3. Novas leituras e diálogos interdisciplinares sobre a cidade antiga**

É possível afirmar que as narrativas da História Antiga e da Arqueologia Clássica mudaram bastante nos últimos 30 anos, devido tanto à consolidação das duas disciplinas quanto à emergência de novos domínios de investigação e à formulação de métodos de análise desenvolvidos pela Geografia, Economia, Sociologia e Antropologia Cultural, que têm inspirado leituras inovadoras sobre a cidade antiga.

No que se refere à abordagem da sociedade há que reconhecer que, embora os estudos económicos e sociais se tenham distanciado e especializado, concentrando-se a História Económica nos meios de obter os recursos e nos processos de consumo, produção e distribuição e a História Social na organização das relações humanas e das estruturas sociais, é difícil compreender a sociedade urbana fora de um contexto económico e ecológico mais amplo, pois ambos determinam a disponibilidade de recursos e a dinâmica populacional, os quais, por sua vez, afetam as estruturas familiares e sociais. As relações sociais podem mesmo constituir a principal determinante do acesso aos recursos e da organização do trabalho, enquanto a situação económica e o poder por parte de indivíduos e grupos possui um efeito direto no seu posicionamento social. Assim, o tratamento dos aspetos sociais da cidade antiga carece de uma explicação que integre, em simultâneo, os fatores económicos, políticos e ambientais.

Neste contexto, cabe assinalar, a partir dos anos 70 do século XX, a crescente importância concedida ao registo paleoambiental, com marcada influência da Nova Arqueologia, que se saldou na produção de interpretações relevantes sobre o ambiente, o clima ou mesmo a alimentação do Mundo Antigo. O estudo dos ambientes físicos tornou-se um tópico recorrente no discurso dos historiadores da Antiguidade e dos arqueólogos clássicos, dando ensejo a uma nova interpretação global do mundo mediterrânico e das suas microecologias, o que facultou uma melhor compreensão das interações populacionais realizadas por terra e especialmente por mar, com efeitos no desenvolvimento da produção e do comércio de alimentos, mas também nas características da religião e da estrutura social das civilizações que bordejavam o Mediterrâneo. A abordagem da cidade antiga é hoje impensável fora deste grande quadro ambiental que presidiu à formação do ‘caldo cultural’ no qual estava

naturalmente inserida (Talbert 2000). Ao estudo dos ambientes físicos somou-se um melhor conhecimento do comportamento demográfico, fruto da atenção dispensada por arqueólogos e historiadores aos contingentes populacionais, enfatizando-se a sua composição, bem como os índices de fertilidade, morbidade e mortalidade (Hopkins 1978, Bagnall; Frier 1994; Scheidel 1996; 2001; Storey 1997; Scheidel; Shaw 2006). O ambiente, bem como a estrutura demográfica do mundo antigo constituem o pano de fundo de uma nova compreensão da matriz estrutural da economia e da sociedade antiga, alargando o nosso horizonte de reflexão (Scheidel, Morris, Saller 2008; Bowman, Wilson 2009; 2011, 2013). Neste contexto cabe destacar a importância assumida pelos dados arqueológicos, quer referentes à produção e ao comércio, quer àqueles que se reportam à exploração dos territórios das cidades e ao melhor conhecimento destas em termos de programas urbanísticos, que permitem compreender melhor a sociedade urbana antiga.

Na base do sistema social da cidade antiga estava a família que garantia a transmissão da riqueza e do estatuto social. Mas a imagem padrão da família grega ou romana, enquanto associação parental ampliada, composta por esposa, filhos e filhas não casadas, além dos filhos de seus filhos, é hoje questionada pelos estudos demográficos. De fato, a baixa expectativa de vida no nascimento (25%), a idade tardia do casamento dos homens e a diferença geracional de idade seriam fatores suficientes para reduzir os efeitos do poder dos pais sobre os filhos, estimando-se que apenas entre 20 a 25% da população masculina estaria viva no momento do casamento dos filhos. Também as questões relativas à subalternidade das mulheres relativamente aos maridos e ao diferencial de idades entre os cônjuges, sobretudo na sociedade romana, deve ser reavaliada, pelo menos no caso dos estratos sociais mais abastados, pois a mulher, além de ser autorizada a reclamar o divórcio, poderia desfrutar do controle das suas propriedades após a morte do pai ou do esposo.

Para além da polémica acerca das categorias de análise da sociedade antiga, em especial sobre se o emprego do termo classe é adequado, devemos considerar outras variáveis no debate sobre a sociedade urbana. Em primeiro lugar, há que admitir a centralidade da aristocracia no estudo da cidade antiga, pois o comportamento das elites urbanas e a sua ideologia são decisivos para a compreensão dos processos de aculturação. O desempenho das elites condicionou, não apenas o espaço físico das cidades, mas também o teor da relação que estas mantinham com as distintas esferas da administração pública e com o território circundante. Em qualquer cidade, as elites eram o grupo mais exposto e recetivo aos contatos externos, sendo também o grupo com maior necessidade de controlar as influências externas. A atuação das elites urbanas constitui, por isso, um importante objeto de análise, em associação com a fixação das identidades e com os padrões de interação cultural aos quais as distintas camadas da população estavam sujeitas. A fixação das identidades sociais constitui uma temática que se encontra na ordem do dia e a cidade, de modo geral, representa um ambiente bastante favorável para compreender os mecanismos

de intercâmbio cultural e de negociação identitária. Numa escala global, boa parte da literatura contemporânea referente à formação das sociedades grega e romana tem pretendido revisitar antigos conceitos como o de helenização e romanização, recentrando a discussão no tipo de interações que o Mundo Antigo construiu com os diferentes territórios. Uma melhor compreensão das interações económicas, sociais e culturais que envolveram as populações proto-históricas europeias e o Mediterrâneo resultou da aplicação de modelos interpretativos de centro/periferia (Cunliffe, 1988). Por outro lado, temos observado o crescimento do interesse pelas formas de interação entre as culturas grega e romana e as culturas locais, em parte influenciado pela teoria pós-colonial, o que permitiu sublinhar a complexidade dessas interações e o papel ativo desempenhado pelos povos nativos e pelas suas elites (Alcock 1993; Mattingly 1997; Woolf 1998).

Tomando por referência o Império Romano, reconhece-se uma diversidade cultural significativa nas suas múltiplas regiões, o que parece assinalar um traço determinante do próprio domínio romano sobre os territórios conquistados, uma vez que as autoridades imperiais se notabilizaram por uma atuação “não intervencionista” nas províncias, buscando, acima de tudo, garantir a coleta dos tributos e a normalidade jurídica e militar, em detrimento de um controle rigoroso sobre o dia-a-dia das populações. O processo de urbanização pode ser enquadrado nos objetivos administrativos de Roma, representando as cidades uma infraestrutura composta por órgãos do governo local que prestavam serviços ao poder imperial. No Oriente grego, foi necessário ganhar ou confirmar a lealdade e a cooperação de uma elite urbana já existente, mas na parte ocidental do Império essa elite foi configurada a partir dos elementos que compunham as aristocracias indígenas, derrotadas ou pactuantes com Roma, em troca de benefícios sociais e económicos. Por isso, o ritmo e a extensão das mudanças que ocorreram em cada região parecem ter dependido essencialmente da iniciativa local e do protagonismo das elites mais ou menos envolvidas com os benefícios que o sistema imperial lhes poderia conceder (Millet 1990; Woolf 1998; Keay 2001). Em larga medida, pode afirmar-se que os processos de aculturação foram em grande parte autodirigidos, constituindo uma resposta das elites locais aos desafios da sua promoção em termos de riqueza, estatuto e poder, potenciados por sistemas de patronato com os representantes da administração imperial.

Não obstante o protagonismo das elites no que se refere à condução das negociações entre o centro e a periferia do Império Romano e à reprodução, nas províncias, de um *modus vivendi* resultante dos influxos da cultura greco-romana, cujo denominador comum, para além da língua, era a maneira de organizar e gerir o espaço, como é possível constatar por intermédio de toda uma infraestrutura urbana, disseminada por todo o Mediterrâneo, composta por termas, templos, circos, teatros, hipódromos, basílicas, ginásios, avenidas monumentais, pórticos, ágoras, fóruns, fontes e outros, importa assinalar um interesse crescente por lançar luz, no contexto da cidade antiga, sobre o *ordinary man*, ou seja, o

homem comum, amiúde pertencente ao conjunto dos *humiliores*, sem muitos recursos à disposição para perpetuar a sua memória no solo urbano, mas nem por isso desprovido de interesse enquanto ator social. Um programa de pesquisa como este é sem dúvida devedor da denominada História dos Marginais, que floresceu a partir dos finais da década 70 do século passado (Schmitt 1990), mas igualmente da Micro-História, responsável por um redimensionamento na escala de observação do objeto histórico, ao investir no estudo de casos particulares, extraídos do quotidiano, que retiraram do anonimato importantes agentes sociais (Vainfas 2002), mas cujo valor nem sempre foi reconhecido, em parte devido às próprias limitações das fontes disponíveis. Nesse sentido, uma obra emblemática é sem dúvida *Les Bas-fonds de l'Antiquité*, de Catherine Salles (1982), que se propõe construir um panorama acerca dos estratos subalternos da sociedade urbana antiga, focando-se nas cidades de Atenas, Alexandria, Corinto e Roma. Muito embora a maior parte das informações utilizadas sejam provenientes da documentação textual, com destaque para obras, outrora classificadas como 'menores', como as comédias de Aristófanes, Plauto e Terêncio, os epigramas de Marcial, ou as sátiras de Horácio e Juvenal e tantos outros, a autora não se furta também a evocar cenas da vida quotidiana presentes nos mais diversos suportes materiais, como vasos, frescos, ou baixos-relevos. Salles inaugurou uma tendência que se consolidou nas décadas seguintes, quando o território da cidade antiga começou a ser palmilhado por arqueólogos e historiadores em busca de evidências acerca de um extenso contingente de pessoas, não raro qualificadas, em termos jurídicos, como *infames* e agrupadas sob rótulos genéricos (*plethos, multitudo, plebs, faex*), que não apenas encobriam uma muito diversa realidade social, como também uma profunda clivagem entre a "ralé" e as pessoas "de bem", bastante difícil de se sustentar, tanto do ponto de vista teórico quanto empírico, na medida em que a cidade antiga era um contexto favorável para o que Zigmunt Bauman (2006) definiu como *mixofilia*, ou seja, uma propensão para múltiplos contactos e intercâmbios entre grupos e/ou indivíduos, para a mistura e para o hibridismo, como de resto acontece na cultura urbana de todas as épocas.

Como resultado desse esforço conjunto de análise, sabemos hoje que a sociedade urbana antiga era muito mais plural e dinâmica do que outrora se pensava, comportando uma pletora de tipos sociais dos mais distintos matizes, referenciados nas páginas das obras satíricas, mas cuja existência também pode ser alcançada por meio dos vestígios arqueológicos. Assim, importa reconhecer, na formação e constituição da cidade antiga, o papel de grupos sociais muitas vezes invisíveis à primeira vista, cuja identificação requer paciência e dedicação na manipulação de registos globalmente esparsos, lacunares e por vezes de difícil interpretação, mas cujo saldo é altamente positivo, pois permitem descortinar uma sociedade que supera em muito o círculo dos "bem-nascidos", dos aristocratas e cidadãos de pleno direito, em geral do sexo masculino, favorecendo o estudo do papel desempenhado pelas meretrizes, proxenetas, salteadores, taberneiros,

atores, aurigas, gladiadores, escravos, libertos e tantos outros, que reclamam uma especial atenção dos investigadores para romper com o anonimato que os oculta. Quanto a isso, a contribuição da Arqueologia pode ser, no mínimo, decisiva, na medida em que, por intermédio da cultura material, temos condições de escapar à ótica preconceituosa e moralista que costuma condicionar os testemunhos literários, recuperando-se assim, em algumas circunstâncias, as vozes dos próprios indivíduos, sem a mediação dos autores, amiúde impregnados pelos princípios da *paideia/humanitas* e, portanto, pouco simpáticos com as camadas inferiores da sociedade antiga, como bem demonstrou Robert Knapp (2011), na sua obra *Invisible Romans*, um dos mais criativos estudos contemporâneos sobre a História Social romana, que deu visibilidade a homens e mulheres comuns, radicados nos ambientes urbanos, ao longo dos três primeiros séculos do Império. Uma tarefa tão ambiciosa quanto essa não teria sido possível se ao reportório de fontes literárias disponíveis o autor não tivesse acrescentado as informações consignadas em papiros, grafitos, inscrições, pinturas, mosaicos e outras, ratificando assim, uma vez mais, o valor das fontes arqueológicas e epigráficas para o conhecimento da diversidade social da cidade antiga.<sup>2</sup>

Num outro patamar discursivo relativo à sociedade antiga cabe salientar os contributos da Antropologia Cultural e da Teoria Crítica, que permitiram lançar um novo olhar sobre a cultura material facultada pela Arqueologia Clássica. A percepção de que todos os aspetos de uma cultura são suscetíveis de serem analisados de um ponto de vista ideológico, porque têm a função de produzir e reforçar as estruturas sociais, especialmente as relações de classe, estatuto, género ou etnia, suscitou trabalhos bastante inovadores sobre a sociedade urbana antiga. Em particular, cabe sublinhar as novas abordagens da arte e da arquitetura, entendidas como meios para comunicar e construir discursos e significados sociais, constituindo uma linguagem que serve para projetar noções e valores sociais, culturais e políticos, como bem demonstrou Paul Zanker (1988), a propósito da arte augustana, que constituiu um instrumento eficaz do programa de reforma política e social do Imperador. Neste contexto se entende que a configuração das cidades, com os seus diferentes marcadores arquitetónicos, pode ser usada para inferir processos de construção identitária de diferentes atores. Também as casas desempenhavam um papel fundamental como contexto primário das relações sociais, uma vez que representavam um meio privilegiado no qual ocorriam as interações próprias do universo familiar, *locus* onde se opunham géneros, estatutos e idades. Na condição de microcosmos, as *domus* desempenhavam um papel fundamental nas relações de género, de privilégio e de dependência, referenciando os estágios de transição próprios do ciclo da vida (Laurence

---

<sup>2</sup> Exemplos suplementares do emprego da cultura material para a reconstituição do quotidiano e do modo de vida das camadas subalternas da sociedade greco-romana podem ser encontrados nos trabalhos de Pedro Paulo Funari (1989) e Renata Garraffoni (2005).

1997). A análise socio espacial da arquitetura doméstica e do funcionamento da família romana como unidade social vem-se revelando um campo fértil de pesquisa para avaliar as sociabilidades e os processos de construção identitária no universo urbano. No entanto, reconhecem-se por ora algumas limitações deste tipo de abordagens, resultantes do facto de ele exigir áreas urbanas significativas, razão porque se têm privilegiado os contextos das cidades de Pompeia, Herculano ou Óstia, sítios urbanos cujo estado de preservação é excecional (Wallace Hadrill 1988; 1994). Por outro lado, existem dificuldades em generalizar as conclusões que este tipo de estudo pode produzir, uma vez que as cidades constituíram realidades diferenciadas em termos sociais e regionais. Julgamos, contudo, que tal abordagem é eficiente para se alcançar a diversidade das cidades clássicas, que, para além de um pano de fundo comum, representado pelos edifícios e espaços públicos, eram repositórios de múltiplas identidades culturais e sociais cuja natureza é necessário esclarecer e aprofundar.

Um aspeto significativo das transformações operadas nos últimos vinte e cinco anos no âmbito da História Antiga é que as tendências que afetam a disciplina parecem agora acompanhar as de outros períodos históricos, podendo ser detetadas pela incorporação nos trabalhos de romanistas e helenistas de ideias concebidas por pensadores influentes, como Claude Lévi-Strauss, Michel Foucault ou Pierre Bourdieu, o que permite detetar uma contaminação interdisciplinar, mas também o contato mútuo entre diferentes especialistas. Observa-se assim a formulação de uma nova agenda científica que procura aceder à experiência do indivíduo e deste dentro de grupos, constituindo um indicador da atenção dispensada a temáticas de relevância para a sociedade contemporânea, o que explica a centralidade dos estudos de religião, de género, de etnicidade, de identidade e, mais recentemente, das emoções e sensibilidades. Para dar conta desta agenda, muito mais extensa, tanto do ponto de vista dos objetos de estudo, quanto do suporte teórico-metodológico utilizado, a História Antiga tem procurado realizar uma aproximação cada vez maior com a Arqueologia Clássica, não obstante todas as dificuldades de diálogo interdisciplinar que temos vindo a assinalar. De fato, se a História e a Arqueologia compartilham o mesmo interesse pela construção (ou reconstrução) de narrativas sobre o passado, sendo o tempo pretérito um oceano em que ambas navegam, é possível identificar nesse horizonte um importante ponto de convergência capaz de tornar mais partilhado o trabalho de arqueólogos e historiadores. Assim, a despeito das especificidades dos registos textuais e materiais, que não são em absoluto transparentes entre si, não restam dúvidas que não se deve radicalizar a oposição entre as evidências escritas e materiais, que em muitos casos podem e devem ser interpretadas como peças de um *puzzle*, vestígios que o passado nos legou e que exploramos, comparamos e confrontamos, com o propósito de obter um quadro mais diversificado sobre a sociedade antiga, razão pela qual diversos autores têm insistido na interdependência entre texto e artefato/imagem, como é possível constatar, por exemplo, no caso da numismática e da arte musiva (Caltabiano 2003; Ling 1998).

#### 4. Do *spatial turning* à História do Quotidiano e além

Entre o conjunto de fatores que tem favorecido a aproximação entre historiadores e arqueólogos clássicos, merece sem dúvida destaque a compreensão, cada vez mais flagrante, de que os edifícios, monumentos e todas as demais modalidades de intervenção urbanística não devem ser tratadas apenas do ponto de vista da sua disposição no espaço, ou dos materiais que as compõem, sem atender aos usos que deles se fez, às modalidades de sua ocupação e às diversas atividades que podem ter abrigado, tanto as ordinárias quanto as extraordinárias, superando-se assim uma fase de investigação que privilegiou a prospecção intensiva do traçado urbano e a definição minuciosa das características físicas dos ambientes construídos, em benefício do estudo do movimento humano nesses diversos espaços, numa tentativa de se compreender como a configuração espacial interfere na conduta dos agentes e vice-versa, como vemos no estudo das ruas romanas (Kaiser, 2011). Essa perspectiva de análise das cidades antigas remete-nos para a existência de um nexu indissolúvel entre o ambiente construído e os seus diferentes usuários, uma vez que, a cultura material não reflete passivamente a maneira pela qual a sociedade se organiza, contribuindo ela também para a produção da sociedade. Neste contexto, os artefatos, monumentos e toda a plêiade de marcadores materiais que visam circunscrever, construir e transformar o espaço em paisagem influenciam a ação dos usuários, condicionando os seus movimentos, despertando sentimentos, evocando lembranças, a despeito da consciência imediata que sobre eles se possa ter (Hodder, 1994). Esta linha de investigação, perseguida em conjunto por arqueólogos, arquitetos, geógrafos e urbanistas, constitui uma das principais diretrizes que impulsionou o denominado *spatial turning*, a ‘virada espacial’ que há alguns anos se vem delineando no domínio das Ciências Humanas, com um impacto cada vez mais evidente sobre as reflexões em torno da cidade antiga que são elaboradas pelos historiadores. Por virada espacial compreende-se o princípio segundo o qual a estrutura arquitetônica ou urbanística, ou seja, os arranjos físicos dos edifícios, monumentos, percursos, nós, margens, não devem ser interpretados como uma arena inerte na qual a vida social se desenrola, mas sim como um meio através do qual as relações sociais são produzidas e reproduzidas, pois a disposição de um lugar é uma componente decisiva nas atividades que aí ocorrem, motivo pelo qual um ambiente amplo e plano, a exemplo das avenidas e praças, tende a encorajar atividades expansivas, compartilhadas por uma grande quantidade de pessoas, como bem demonstrou Diane Favro (1996) ao analisar os festivais realizados no Vallis Murcia, em Roma.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> De acordo com os princípios da virada espacial, Michael Pearson e Richard Colin (1994: 3) afirmam que ‘os espaços comandam os corpos, prescrevem gestos, rotas e distâncias a ser cobertas’, de maneira que até mesmo a noção de meio-ambiente, outrora confundida com a categoria ‘natureza’, passa agora a ser compreendida como um artefato cultural.

Como argumenta Christine Shepardson (2014), não é possível compreendermos os processos sociais na sua complexidade sem considerar os lugares onde eles acontecem, pois as ações humanas não se processam *in vitro*, numa dimensão neutra e assética, como se um evento pudesse existir de forma autónoma, dissociado do seu suporte espacial. Pelo contrário, o lugar é uma variável que não deve ser ignorada nas explicações sobre o passado, pois se os lugares são construídos pelos agentes, eles também possibilitam e condicionam o desempenho humano, constatação que tem conduzido a uma salutar convergência entre a História, a Arqueologia e a Geografia. A articulação entre ambiente construído e usuários fundamenta-se no princípio segundo o qual, se o espaço é conformado na interseção entre um conjunto de práticas e um sistema de símbolos, ele interfere, igualmente, na atualização dessas mesmas práticas e na reprodução desses mesmos símbolos (Pearson; Colin, 1994:5), o que nos obriga a reconhecer o protagonismo exercido pelos arranjos espaciais no processo de produção e reprodução da vida social, tanto do ponto de vista das ações concretas, quanto das representações. Conclui-se, por isso, que qualquer proposta de investigação que tenha por finalidade elucidar a maneira como os distintos grupos sociais se relacionavam com a cidade, como a ocupavam, construíam, destruíam, alteravam e imaginavam, deva necessariamente conjugar as características físicas dos lugares, edifícios e monumentos urbanos com as atividades que neles se executavam e com as representações que engendravam, numa tentativa de se apreender a configuração material e simbólica desses artefatos absolutamente heteróclitos, polissêmicos e polifônicos que são as cidades.

Diante de um cenário no qual as ruas, praças, monumentos e edifícios urbanos constituem um chamariz para a população, que sem cessar os ocupa, constrói, desconstrói, subverte e simboliza, uma das principais dinâmicas que se estabelecem no quotidiano urbano diz respeito à maneira pela qual as pessoas transitavam pelos lugares e monumentos, como deles se apropriavam e qual o comportamento que assumiam, o que nos remete para a existência de um nexo indissolúvel entre o ambiente construído e os seus usuários, princípio sustentado de modo recorrente, a partir da década de 60 do século XX, pelos investigadores alinhados com a denominada Arqueologia Processual, uma vertente de interpretação da cultura material que, evitando a análise das construções, artefatos e utensílios por si mesmos, buscava apreendê-los na interação com os usuários, o que exigiu o ‘repovoamento’ dos sítios (Aldrovandi 2009:16). Ao longo das décadas seguintes a Arqueologia iniciou um diálogo bastante profícuo com a História Cultural, convergindo para o estudo do modo como os usuários interagem simbolicamente com a cultura material, atribuindo-lhe valor positivo ou negativo de acordo com as circunstâncias, permitindo múltiplas possibilidades de simbolização dos lugares e monumentos conforme o *background* cognitivo, os propósitos e aspirações e a categoria social dos usuários (Rede 2012:140). Este alargamento dos horizontes interpretativos faz com que os monumentos se conformem com contextos com uma dimensão ativa e transformadora, dando margem

para múltiplas 'leituras' e representações. Cumpre notar, que a 'leitura' de um ambiente nem sempre permanece restrita ao aspecto meramente físico do local, incluindo as pessoas que aí se encontram, observadas na maneira como se vestem, nas expressões faciais que exibem, nos diálogos que travam, nos gestos que realizam, em suma, nos aspetos corporais que apresentam, o que será decisivo para a interpretação do ambiente nos termos de uma isotopia, um lugar seguro, aprazível e confortável ou, pelo contrário, de uma heterotopia, um lugar perigoso, ameaçador e degradado, como propõe Henri Lefebvre (2000), cujas reflexões favorecem tanto o trabalho dos arqueólogos quanto dos historiadores acerca do potencial simbólico contido em todo processo de (re)organização espacial, princípio teórico desenvolvido com singular propriedade por Amos Rapoport (1990), para quem 'os aspectos comunicativos do meio ambiente são decisivos e centrais, de maneira que o meio ambiente físico – roupas, mobília, edifícios, jardins, ruas, bairros e assim por diante – é empregado na apresentação de si mesmo, no processo de fixação da identidade grupal'. A possibilidade de leitura simbólica dos artefatos e monumentos, tal como propõe Rapoport, é decerto um fator que se encontra subjacente na obra de Louise Revell (2009), na qual a autora busca estabelecer os parâmetros de formação das múltiplas identidades sob o Império Romano por meio da arqueologia dos monumentos públicos urbanos, o que a leva a supor a existência, no contexto da Romanização, de 'um nexu indissolúvel entre identidade e as atividades quotidianas (ou performances) dentro de ambiente comum', elegendo como temas principais de reflexão a expansão do urbanismo, a formação do culto imperial e os ritos próprios do paganismo.

A cooperação entre historiadores e arqueólogos relativa ao estudo da diversidade social e da pluralidade cultural própria da cidade antiga revela-se também no interesse crescente pela análise da maneira como os atores interagem no dia-a-dia, não apenas uns com os outros, mas também com os artefatos e monumentos, o que implica uma tentativa de captura do movimento quotidiano da vida, tendência que tem proporcionado novos *insights* sobre a realidade urbana. Desse ponto de vista, o quotidiano, a trama instituída por grupos e indivíduos em interação num determinado tempo e lugar, sem a interferência repressora de um aparato institucional de poder, dá ensejo a novos e criativos arranjos identitários. Poderíamos assim admitir que o quotidiano representa um setor da vida em sociedade em que as pessoas, de qualquer condição social, mediante mecanismos de releitura e de reapropriação de símbolos, crenças e ideias, mas também de edifícios, utensílios e ambientes, rompem a passividade que por vezes se lhes atribui, conferindo-lhes outros sentidos que não aqueles que se configuram no discurso imperativo das autoridades constituídas. Conforme sugere Michel Certeau (1990: 40), a presença e a circulação de uma representação não indicam o que ela constitui para os seus usuários, sendo necessário analisar a sua manipulação pelos praticantes que a produzem. Nesse sentido, o quotidiano encerra para o autor a capacidade de reorganizar clandestinamente o funcionamento do

poder', ao permitir que os agentes joguem com os mecanismos das disciplinas, instituindo 'maneiras de fazer' próprias, consubstanciadas num vasto repertório de atividades, entre as quais se destacam as modalidades de apropriação espacial e de produção/consumo de objetos e artefatos, o que representa um horizonte analítico promissor para o estudo da cidade antiga, na medida em que o foco da investigação se desloca do estudo de estruturas, por vezes tratadas como entidades estáticas e plenipotenciárias, para a captação do dinamismo que encerra a vida quotidiana, o que tem contribuído para acentuar as particularidades das cidades investigadas, concebidas como microcosmos saturados de acontecimentos, que devem ser compreendidos em profundidade e não como mais um exemplo numa sucessão infinita de casos. Um *approach* dessa natureza tem proporcionado, nas últimas décadas, o surgimento de trabalhos que buscam elucidar a trama da vida urbana em distintos períodos mediante a conjugação de testemunhos extraídos das fontes literárias e da cultura material, como o realizado por Timothy O'Sullivan (2011), um estudo criativo e original sobre os modos de se caminhar pelas ruas da cidade de Roma, ou o de Mary Beard (2006) sobre Pompeia.

Na descrição do modo pelo qual os agentes, no quotidiano, criam e recriam continuamente a sua própria existência, instituem e negociam a sua identidade com base num fluxo contínuo de interações que não se submetem a qualquer diretriz pré-fixada, ou estratégia, é particularmente útil o conceito de sociabilidade (*Geselligkeit*), criado por Georg Simmel (2006), na segunda metade do século XIX, e mais tarde desenvolvido pelos investigadores filiados na Escola de Chicago. Na conceção de Simmel, a sociabilidade seria o social apreendido na sua essência, uma forma lúdica e arquetipa da socialização humana desprovida de quaisquer outros interesses e objetivos que não a interação em si mesma, a exemplo do que ocorre na conversação, ocasião em que o conteúdo do que é dito, embora não seja totalmente ignorado, não é um fim em si mesmo, mas um meio para a manutenção do vínculo entre as pessoas, que agem de acordo com regras e expectativas de comportamento reconhecidas por todos os participantes. Na abordagem de Simmel a sociabilidade atuava basicamente entre amigos e familiares, ou seja, entre pessoas que faziam parte de um mesmo círculo de parentesco e vizinhança e não entre completos desconhecidos, o que, de certa forma, representava uma limitação da sua abordagem. A Escola de Chicago, por sua vez, dedicou-se a ampliar o potencial explicativo contido no conceito, transpondo-o para o ambiente urbano, o que permitiu discutir a relação entre a proximidade física e a distância social observadas nas ruas da cidade, onde uma multidão de desconhecidos convive em praças, avenidas, estações de comboio e de metro. Indiscutivelmente deve-se aos pensadores da Escola de Chicago, o aprofundamento do conceito de sociabilidade, pois a cidade foi pela primeira vez esquadrihada 'por dentro', buscando-se compreender, em simultâneo, a espacialização do social e a socialização dos espaços, mediante uma abordagem eminentemente empírica e etnográfica. Desde

então o conceito de sociabilidade comparece com uma frequência cada vez maior na literatura sociológica e antropológica, sendo usado para traduzir um extenso repertório de atividades quotidianas, tais como as festas, os jogos, os rituais e outras (Frúgoli Jr 2007:23), as quais se desenrolam sempre em determinado lugar/ambiente. Neste sentido, o conceito de sociabilidade tem-se mostrado um instrumento de grande alcance na apreensão/compreensão da complexa teia de relações que constituem o fenómeno urbano, iluminando projetos de investigação na fronteira entre a História Antiga e a Arqueologia Clássica.<sup>4</sup>

### 5. Considerações finais

Apesar das dificuldades de diálogo, hoje reconhecidas entre a História Antiga e a Arqueologia Clássica, é indiscutível o notável contributo de ambas para o estudo da cidade antiga, no que respeita à sua configuração territorial, categorias sociais, arranjos identitários e sistema de produção, consumo e distribuição de bens que começam a revolucionar o nosso conhecimento do Mundo Antigo. Desde logo, cabe destacar o incomensurável trabalho dos arqueólogos na identificação de largas dezenas de cidades gregas e romanas, algumas das quais apenas sumariamente referidas nas fontes escritas, cujas características físicas têm sido reinterpretadas com base nos vestígios materiais. A identificação de equipamentos arquitetónicos de carácter público, bem como das habitações, das necrópoles, ou dos espaços artesanais, permite hoje reconstruir a morfologia urbana que formalizava os cenários da vivência das populações, abrindo caminho a outras inferências relativas à vida política, económica e social de numerosas cidades antigas. Por outro lado, os materiais arqueológicos, nos quais se incluem as cerâmicas, os vidros, as moedas e outros artefactos, cuja classificação e datação constituem uma das principais tarefas dos arqueólogos, fornecem dados relevantes para o estudo da economia urbana, das produções e importações, auxiliando na reconstituição da complexa rede de relações comerciais próprias do Mundo Antigo e da íntima conexão das cidades com os territórios que ocupavam, de onde procediam as matérias-primas necessárias para a construção e para as mais variadas atividades artesanais. Na verdade, a Arqueologia Clássica vem fornecendo inúmeras evidências acerca da complexidade da economia antiga, sobretudo da romana, que permitem questionar os modelos económicos formulados para a Antiguidade, sabendo-se, por via dos materiais recuperados nas cidades, mas também nos naufrágios, que tanto a sociedade grega, incluindo a helenística, quanto a romana, produziram e

<sup>4</sup> A esse respeito, merece ser aqui mencionada a publicação da obra *Cotidiano e sociabilidades no Império Romano* (Silva et al. 2015), resultante de um projeto coletivo de investigação internacional que, mediante o diálogo entre arqueólogos e historiadores brasileiros e portugueses, busca iluminar a dinâmica da cidade romana, tendo justamente como eixos teóricos, os conceitos de quotidiano e de sociabilidades, aplicados à investigação da cidade greco-romana

transacionaram imensas quantidades de bens que supriam regularmente um mercado ampliado de produtos de consumo do qual participava a maioria da população. Também o estudo das principais indústrias cerâmicas romanas instaladas na Península Itálica, nas Gálias, na Hispânia e no Norte da África documentam a existência de uma economia de elevada produção e consumo no período imperial, hoje reconhecida sem paralelo até ao século XVIII, como assinala Brian Ward-Perkins (2005), à luz dos dados fornecidos pela cultura material, com destaque para o fabrico, consumo e distribuição de artefactos cerâmicos.

Não menos relevante é o contributo da Arqueologia Clássica para o estudo do território e do mundo rural, uma agenda suscitada pelos debates historiográficos da Escola dos *Annales*, tardiamente incorporados pela disciplina, que ajudaram a compreender o mundo dos camponeses e humildes moradores de pequenos aglomerados e estabelecimentos agrícolas e artesanais, que formavam a base produtiva das sociedades grega e romana e que contribuíram para o enriquecimento das cidades. Na verdade, independentemente do *approach* teórico que adotemos para ao estudo da cidade antiga – religioso, económico, cultural ou outro qualquer – subsiste o fato de que, entre gregos e romanos, a comunidade urbana, amiúde qualificada nas nossas fontes como *polis*, *colonia*, *ciuitas*, *municipium* ou mesmo *oppidum*, não constituía uma entidade autónoma, encerrada em si mesma, mas sim um sistema binário que envolvia o território rural circundante (o *ager* ou a *khora*), que abrigava campos, pastos e florestas e que era duplamente explorado. Desde logo, pelos produtores rurais, que dele extraíam os bens e produtos comercializados nos mercados e feiras urbanas e pelos administradores municipais, sempre diligentes em taxar os contribuintes, a despeito do local de residência (Kormikiari 2009:142). Muito embora a historiografia tradicional tenda a abordar separadamente cidade e território, com tradições de estudo, métodos e escalas de análise diferenciadas, a cidade clássica é impensável sem uma inerente articulação com o território, constituindo ambas realidades indissociáveis, cuja dicotomia somente pode ser explicada com referência ao contexto de desenvolvimento da História Antiga, fundamentada na interpretação dos textos literários que, por encerrarem uma visão elitista e centrada nos núcleos urbanos, deram margem a construções intelectuais igualmente elitistas que tenderam a ignorar o mundo rural, distorção que a Arqueologia viria a corrigir. De fato, foi por intermédio da Arqueologia do Povoamento que o território e o mundo rural emergiram como categorias de análise independentes no estudo da cidade antiga, experimentando uma crescente sofisticação metodológica na identificação e classificação de diferentes tipos de comunidades que mantinham uma contínua interação económica e social com os núcleos urbanos, cujo poder e riqueza eram em larga medida sustentados pelos impostos e rendimentos oriundos do território circundante.

O diálogo entre a História Antiga e a Arqueologia Clássica, não obstante toda a complexidade que o cerca, tem-se revelado, no limite, muito mais produtivo que inócuo. Decerto, é voz corrente que a tão comentada interdisciplinaridade, emblema de uma rutura com os paradigmas que presidiram à constituição e afirmação de disciplinas e saberes académicos, repartidos em ramos de conhecimento cada vez mais compartimentados e herméticos, a ponto de gerar, numa irónica definição, os ‘especialistas em cabeça de alfinete’, exprime ainda muito mais um desejo do que uma realidade, com algumas raras e honrosas exceções. No entanto, o que se constata hoje, no que diz respeito aos estudos da Antiguidade, é um notável movimento de convergência das agendas de investigação propostas pelos historiadores e arqueólogos, fruto, em boa parte, da perceção segundo a qual, em face do carácter errático, lacunar e dispersivo das fontes de informação disponíveis para o estudo das sociedades antigas, somente teremos condições de construir narrativas mais abrangentes se ampliarmos a nossa base empírica, se diversificarmos a natureza dos registos e se mudarmos teorias, métodos e conceitos, num cruzamento entre textos, artefactos, monumentos e formas de ocupação do território, não apenas para revelar uma complementaridade, como se pretendia outrora, mas para trazer ao de cima as contradições, os deslocamentos e as peculiaridades dos diferentes tipos de fontes que nos dão notícia de domínios da vida social, ora em convergência, ora em divergência, as quais, independentemente do seu intrínseco valor, carecem sempre de uma tessitura e contextualização, inseparáveis das relações sociais atravessadas pelo tempo das experiências e estruturadas em espaços de construção social.

Nesse movimento, talvez o denominador comum entre a História Antiga e a Arqueologia Clássica resida nas categorias de ‘tempo’ e de ‘espaço’, com as quais historiadores e arqueólogos se encontram intrinsecamente comprometidos na tarefa de reconstituir e tornar inteligível aos contemporâneos os processos sociais pretéritos, mediante o tratamento e interpretação de vestígios que o passado nos legou, sempre fragmentários e por vezes extremamente exíguos e frágeis, como as folhas de um papiro. Por lidarem com o fluxo dos acontecimentos no tempo, historiadores e arqueólogos compartilham, no exercício do seu ofício, uma identidade que deveria torná-los muito menos receosos em se reconhecerem como falantes de uma mesma língua, ainda que com algumas variações dialetais, específicas dos seus domínios. Além disso, os arqueólogos já de longa data e os historiadores, mais recentemente, encontram-se cada vez mais atentos aos contextos espaciais dos objetos que investigam, como demonstram os estudos influenciados pelo *spatial turning*, de maneira que a categoria ‘espaço’, além de constituir uma ferramenta intelectual de grande utilidade, tem potenciado o crescente diálogo entre helenistas, romanistas e arqueólogos clássicos. Se dessa interlocução resultará uma nova área disciplinar, forjada na confluência entre a História e a Arqueologia, que não pode prescindir das lições da Geografia e da Arquitetura, apenas o tempo o dirá, mas é já indiscutível que,

muito mais do que há algumas décadas atrás, arqueólogos e historiadores da Antiguidade partilham dados, questões e horizontes teóricos comuns, no que respeita ao alargamento da compreensão desses autênticos caleidoscópios que eram as cidades greco-romanas, laboratórios privilegiados para a observação de como as sociedades antigas se encontravam estruturadas. Do ponto de vista estrito da História Antiga, a Arqueologia Clássica, ao ancorar o seu trabalho de investigação e interpretação nos suportes materiais, conferindo às narrativas sobre o passado uma inescapável dimensão física, concreta, tem evitado que helenistas e romanistas sucumbam diante da tentação contemporânea de tudo reduzir ao *logos*, ao discurso, o que muitas vezes resulta numa História desencarnada, sem face, rosto ou lugar. Uma História refém de pressupostos idealistas que tendem a neutralizar a materialidade dos seres e das coisas, alertando-nos para o fato de que o mundo e tudo o que ele comporta constitui produto do intelecto humano, que depende, para se exprimir, da matéria-prima – incluindo o espaço – manipulada pelo homem, condição *sine qua non* para a sua própria existência, como propôs certa vez Hanna Arendt (2014) ao definir o trabalho (a força) e a obra (os artefactos e objetos sobre as quais o trabalho se debruça) como componentes ontológicos da condição humana.

## Bibliografia

- ALCOCK, Peter (1993). *Understanding Poverty*. Macmillan.
- ALDROVANDI, Cibele (2009). Arqueologia do ambiente construído: uma incursão pelos fundamentos teórico-metodológicos. In FLORENZANO, M. B. B.; HIRATA, E. F. V., org. - *Estudos sobre a cidade antiga*. São Paulo: Edusp, p. 13-33.
- ANDREN, Anders (1998). *Between artifacts and texts: Historical archaeology in global perspective*. New York: Plenum.
- ARENDT, Hanna (2014). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- BAGNALL, Roger; FRIER, Bruce (1994). *The Demography of Roman Egypt*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BAUMAN, Zigmunt (2006). *Confiança e medo na cidade*. Lisboa: Relógio D'Água.
- BEARD, Mary (2006). *Pompeii: The Life of a Roman Town*. Cambridge, UK: Profile.
- BINFORD, Lewis (1962). Archaeology as Anthropology. *American Antiquity*, 28, 2, p. 217-225.
- BINFORD, Lewis (1965). Archaeological Systematics and the Study of Culture Process. *American Antiquity*, 31, 203-210.
- BINFORD, Lewis (1968). Archaeological perspectives. In BINFORD, Sally; BINFORD, Lewis eds. - *New perspectives in archaeology*. Chicago: Aldine, p. 5-32.
- BOWMAN, Alan; WILSON, Andrew eds. (2009). *Quantifying the Roman Economy. Methods and Problems*. Oxford: Oxford University Press.
- BOWMAN, Alan; WILSON, Andrew eds. (2011). *Settlement, Urbanization, and Population*. Oxford: Oxford University Press.
- BOWMAN, Alan; WILSON, Andrew eds. (2013). *The Roman Agricultural Economy: Organization, Investment, and Production*, Oxford University Press.
- BROWN, Frank (1980). *Cosa: The Making of a Roman Town*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- BRUNT, Peter (1971). *Italian Manpower 225 BC-AD 14*. Oxford: Clarendon Press.
- BURKE, Peter (2005). *History and Social Theory*. Cambridge: Polity Press.
- BUTZER, Karl (2008). Other Perspectives on Urbanism: Beyond the Disciplinary Boundaries. In MARCUS, Joyce; SABLOFF, Jeremy, eds. - *The Ancient City: New Perspectives on Urbanism in the Old and New World*. p. 77-96.
- CALTABIANO, Maria Caccamo (2003). La moneta e la rappresentazione gerarchica del potere. In ALFARO, C. et al., eds. - *Actas del XIII Congreso Internacional de Numismática*. Madrid: Ministerio de Cultura/Secretaria General Técnica, p. 535-540.

- CERTEAU, Michel (2008). *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes. 2 v.
- CLARKE, David (1968). *Analytical Archaeology*. London: Methuen.
- CLARKE, David ed. (1972). *Models in Archaeology*, London: Methuen.
- CLARKE, David (1973). Archaeology: the loss of innocence, *Antiquity*, 47, p. 6-18.
- CLARKE, David (1977). *Spatial Archaeology*. Boston: Academic Press.
- COULANGES, Fustel (1864). *La cite ´ antique*. Paris: Librairie Hachette.
- CUNLIFFE, Barry (1988). *Greeks, Romans and Barbarians: Spheres of Interaction*. London: B. T. Batsford.
- DEETZ, James (1977). In *Small Things Forgotten: An Archaeology of Early American Life*. New York: Anchor Books.
- DYSON, Stephen (2009) Archaeology and Ancient History. In ERSKINE, Andrew, ed. - *A Companion to Ancient History*, Wiley-Blackwell, p. 59-66
- ENGELS, Donald (1990). *Roman Corinth. An Alternative Model for the Classical City*. Chicago, London: University of Chicago.
- FAVRO, Diane (1996). The city as a living thing: the performative role of an urban site in Ancient Rome, the Vallis Murcia. In BERGMAN, B.; KONDOLEON, C., eds. - *The art of ancient spectacle*. Washington: National Gallery of Art, p. 205-219.
- FINLEY, Moses (1973). *The Ancient Economy*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press.
- FINLEY, Moses (1981). *The Ancient City: From Fustel de Coulanges to Max Weber and Beyond*. In FINLEY, Moses; SHAW, Brent; SALLER, Richard, eds. - *Economy and Society in Ancient Greece*. New York: Viking, p. 3-23.
- FRÚGOLI Jr., Heitor (2007). *Sociabilidade urbana*. Rio de Janeiro: Zahar.
- FUNARI, Pedro Paulo (1989). *Cultura popular na Antiguidade Clássica*. São Paulo: Contexto.
- GARNSEY, Peter; SALLER, Richard (2014). *The Roman Empire: Economy, Society and Culture*. California University Press.
- GARRAFFONI, Renata (2005). *Gladiadores na Roma antiga: dos combates às paixões cotidianas*. São Paulo: Annablume.
- HALL, Jonathan (2014). *Artifact and Artifice: Classical Archaeology and the Ancient Historian*. Chicago: University of Chicago Press.
- HODDER, Ian (1982). *The Present Past. An Introduction to Anthropology for Archaeologists*. London: C. T. Batsford Ltd.

- HODDER, Ian (1994). Architecture and meaning: the example of Neolithic houses and tombs. In PEARSON, M.; COLLINS, R., eds. - *Architecture and order: approaches to social space*. London: Routledge, p. 73-86.
- HODDER, Ian (2004). *Theory and Practice in Archaeology*. London, New York: Routledge.
- HOPKINS, Keith (1978). *Conquerors and Slaves*. Cambridge.
- GAFFNEY, Vince; GAFFNEY, C. F.; TINGLE, M. (1985). Settlement, economy and behaviour?. In HASELGROVE, Colin, MILLETT, Martin; SMITH, Ian, eds. - *Archaeology from the Ploughsoil*. Sheffield, p. 95-107.
- HAVERFIELD, Francis (1913). *Ancient Town-Planning*. Oxford The Clarendon Press.
- JONES, Hugo (1937). *The Cities of the Eastern Roman Provinces*. Oxford: Clarendon Press.
- JONES, Hugo (1964). *The Later Roman Empire 284-602. A Social, Economic and Administrative Survey*. Oxford: Blackwell.
- KAISER, Alan (2011) *Roman urban street networks*. London: Routledge.
- KEAY, Simon (2001). *Italy And The West. Comparative Issues in Romanization*. Oxford. Oxbow Books.
- KNAPP, Robert (2011). *Invisible Romans*. Cambridge: Harvard University Press.
- KORMIKIARI, Maria Cristina (2009). O conceito de “cidade” no Mundo Antigo e seu significado para o Norte da África berbere. In FLORENZANO, M. B. B.; HIRATA, E. F. V. org. - *Estudos sobre a cidade antiga*. São Paulo: Edusp, p. 137-172.
- LAURENCE, Ray (2012). *Roman Archaeology for Historians*. London, New York, Routledge.
- LAURENCE, Ray (1994). Space and text. In LAURENCE, Ray; WALLACE-HADRILL, Andrew, - *Domestic Space in the Roman World*. Rome: British Academy of Rome.
- LEFEBVRE, Henri (2000). *La production de l'espace*. Paris: Anthropos.
- LEVEAU, Philippe (1983). La ville antique, « ville de consommation »? Parasitisme social et économie antique. *Études rurales*, 89-90-91: 275-282.
- LING, Roger (1998). *Ancient mosaics*. Princeton: Princeton University Press.
- MARCUS, Joyce; SABLOFF, Jeremy eds. (2008). *The Ancient City: New Perspectives on Urbanism in the Old and New World*. Santa Fé: School of Advanced Research Press.
- MATTINGLY, David ed. (1997). *Dialogues in Roman Imperialism. Power, Discourse and Discrepant Experience in the Roman Empire*. Jra Supplementary Series Vol 23.
- MILLET, Martin (1990). *The Romanization of Britain: An Essay in Archaeological Interpretation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MORLEY, Neville (2004). *Theories, Models and concepts in Ancient History*. London e New York: Routledge.

MORLEY, Neville (2011). Cities and Economic Development in the Roman Empire. In BOWMAN, Alan; WILSON, Andrew, eds. - *Settlement, Urbanization and Population*. Oxford: Oxford University Press, p.143-160.

O'SULLIVAN, Timothy (2011). *Walking in Roman culture*. Cambridge: Cambridge University Press.

PEARSON, Michael; RICHARDS, Colin (1994). Ordering the world: perceptions of architecture, space and time. In *Architecture and order: approaches to social space*. London: Routledge, p. 1-37.

RAPOPORT, Amos (1990). *The meaning of the built environment: a nonverbal communication approach*. Tucson: The University of Arizona Press.

REDE, Marcelo (2012) História e cultura material. In CARDOSO, C. F. S.; VAINFAS, R., org. - *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 133-150.

REVELL, Louise (2009). *Roman imperialism and local identities*. Cambridge: Cambridge University Press.

RICH, John; WALLACE-HADRILL, Andrew eds. (1991). *City and country in the ancient world*. London, New York: Routledge.

RYKERT, Joseph (1976). *The Idea of a Town: The Anthropology of Urban Form in Rome, Italy and the Ancient World*. Princeton: Princeton University Press.

SALLES, Catherine (1982). *Les bas-fonds de l'Antiquité*. Paris: Éditions Robert Laffont.

SAUER, Eberhard ed. (2004). *Archaeology and Ancient History: Breaking Down the Boundaries*. London, New York: Routledge.

SCHEIDEL, Walter (1996). *Measuring age, sex and death in the Roman empire: explorations in ancient demography*. Ann Arbor SCHEIDEL, Walter ed. (2001). *Debating Roman demography*. Mnemosyne Supplement, 211, Boston: E.J. Brill.

SCHEIDEL, Walter; MORRIS, Ian; SALLER, Richard eds. (2007). *The Cambridge economic History of the Greco-Roman world*. Cambridge: Cambridge University Press.

SCHMITT, Jean-Claude (1990). A História dos Marginais. In LE GOFF, J. org., - *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, p. 261-290.

SHEPARDSON, Christine (2014). *Controlling contested places: Late Antique Antioch and the spatial politics of religious controversy*. Berkeley: University of California Press.

SHIFFER, Michael (1976). *Behavioral archaeology*. New York: Academic Press.

SILVA, Gilvan Ventura et al., ed. (2015). *Cotidiano e sociabilidades no Império Romano*. Vitória: GM Editora.

SIMMEL, Georg (2006). *Questões fundamentais de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar.